

362

# Revista Portuguesa de História

Homenagem aos Professores

Luís Ferrand de Almeida

António de Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Instituto de História Económica e Social  
Coimbra 0304

*Revista Portuguesa de Historia*

t. XXXVI (2002-2003)

pp. 283-302 (vol. 2)

## **Cabo Verde: A Geração de 1890 e a Construção da Identidade Nacional**

**MARÍA MANUELA LUCAS**

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

*Eu te saúdo, sympathico livrinho,  
ao iniciares tua publicação -porque  
sou portuguez e sou africano.  
Eu te saúdo...\**

É frequente afirmar-se que o tema da identidade é ao mesmo tempo fascinante e complexo, sobretudo quando se trata da identidade resultante de um contacto de culturas operado num quadro de situação colonial como acontece, entre outros casos, com Cabo Verde e os demais países africanos de língua portuguesa. Ao longo das últimas duas décadas, a questão da identidade tem sido levantada e debatida de forma recorrente, por especialistas de diversas proveniências científicas, por escritores, artistas e intelectuais em geral, dentro e fora destes países. Dir-se-ia que a alusão de Eduardo Lourenço à “obsessão pelas questões”<sup>\*1</sup>

\* José Alexandre Pinto (*cabo-verdeano*), Boa-Vista 1 - Iº - 94, *Almanach Luso-Africano*, Iº vol., p. 87.

de identidade - quem somos, onde estamos e para onde vamos - (...j”<sup>1</sup>, apontada por este ensaísta como urna das grandes preocupações dos indivíduos e das sociedades de hoje, tem maior pertinência e justificação quando se abordam estas novas realidades nacionais, já constituídas em estados independentes mas ainda em processo de consolidação.

No que a Cabo Verde diz respeito, um número significativo de trabalhos dedicados ao tema, tem vindo a lançar alguma luz sobre a identidade cultural e nacional e a evidenciar a singularidade da evolução histórica da sociedade cabo-verdiana.

Ao reconhecer-se o peso da história no complexo processo de formação e consolidação da sociedade e da nacionalidade cabo-verdianas, é possível tentar uma nova forma de abordagem da identidade, agora mais como um modelo de inteligibilidade que pertence à história e às ciências humanas, sem contudo deixar de procurar novas possibilidades de explicação na abertura a outras fontes e domínios do conhecimento ou no recurso ao contributo dos estudiosos de áreas e sensibilidades diversas. De acordo com este quadro e atendendo às virtualidades da aproximação entre a história e a literatura, a reflexão sobre os discursos enquanto vectores de representações sociais do processo de formação da sociedade e da nacionalidade, poderá ser considerada como um dos centros de interesse a privilegiar.

É nosso propósito seguir aqui esse rumo, tendo presente que o aparecimento da literatura escrita em Cabo Verde tem lugar a partir dos meados de oitocentos e que, tanto a poesia como a produção escrita em geral, teve o mérito de ser assinada quase exclusivamente por escritores cabo-verdianos.

A partir da identificação de alguns vultos da cultura e da literatura do arquipélago, frequentemente referenciados como a “Geração de 1890”<sup>1 2</sup> e tomando como objecto preferencial de análise o *Almanach Luso-Africano*, produzido nesta década em Cabo Verde, pretendemos contribuir para a clarificação desse percurso finissecular e avaliar do seu grau de representatividade em termos da construção e da expressão da identidade, que acompanha uma crescente tomada de consciência, por parte da elite cabo-verdiana, da própria realidade decorrente da situação colonial.

<sup>1</sup> Eduardo Lourenço, “Portugal e a Europa”, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 10 de Setembro de 1991, p. 13.

<sup>2</sup> A designação *Geração de Noventa* é usada por alguns autores, como João Nobre de Oliveira, em *A Imprensa Cabo-Verdiana, 1820-1975*, Fundação Macau, 1998, p. 160.

## I. No trilho de uma geração de “homens novos” - o contributo da historiografia literária

1. Em páginas dedicadas à história da literatura de Cabo Verde, Manuel Ferreira deixou uma referência particular à “grande lacuna que vinha envolvendo o quadro histórico da literatura cabo-verdiana no século XIX e começos do século XX”<sup>3</sup>, assinalando o desabrochar de vultos, entre os quais destacava como representativos de um escol mais alargado, os nomes de José Lopes, Eugénio Tavares, Pedro Cardoso e Januário Leite. Nesta elite, incluía ainda o cónego António Manuel da Costa Teixeira, sob cujo impulso se editou o *Almanach Luso-Africano*, do qual apenas saíram dois volumes, editado o primeiro em 1894 (para 1895) e o segundo em 1898 (para 1899) e onde se registaram colaborações de natureza diversa, incluindo a literária.

Quando se interrogava sobre a validade do contributo desta literatura e sobre o alcance social da sua expressão, aquele analista e crítico do fenómeno literário cabo-verdiano supunha tratar-se, na maioria dos casos, de uma actividade literária e cultural ainda hesitante embora já vislumbrasse, nas obras de alguns destes escritores, elementos autênticos de significação nacional que, em seu entender, deveriam ser objecto de uma mais profunda reflexão. Compreende-se, assim, o apelo de Manuel Ferreira aos historiadores da literatura e aos estudiosos do processo cultural de Cabo Verde, para que procedessem a investigações sistemáticas com o objectivo de lançar luz sobre essa “zona mal iluminada”<sup>4</sup>, que lhe parecia ser “qualquer coisa como sombra de magras clareiras, a deixarem-nos entender a verdadeira raiz da aventura literária cabo-verdiana”<sup>5</sup>. Essa pesquisa exigiria desde logo uma incursão pelas publicações periódicas, não sendo das de menor importância, como ele próprio sugere, o *Almanach Luso-Africano* dirigido pelo cónego António Manuel da Costa Teixeira.<sup>6</sup>

2. Posteriormente, na década de 1990, o Professor e ensaísta cabo-verdiano Francisco Lopes da Silva, em artigos publicados na imprensa, viria a retomar esta questão, invocando o que diz ter sido o “itinerário custoso mas não inglório”<sup>7</sup> dos primeiros escritores, reconhecendo-os como os *cabouqueiros* da construção

<sup>3</sup> Manuel Ferreira, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, I, 2ª ed., Lisboa, 1986, p. 24.

<sup>4</sup> *Idem*, *A Aventura Crioula*, Lisboa, 1967, p. 175.

<sup>5</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 176.

<sup>6</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>7</sup> Francisco Lopes da Silva, “Uma sinopse com implicações pontuais na literatura cabo-verdiana”, Suplemento de *A Semana*, de 28-2-1994 - “*Cultura*”, p. II e III.

dos alicerces da modernidade cabo-verdiana. Para o confirmar, invoca Antonio Aurélio Gonçalves que, no comentário que antecede a *Antologia da Ficção Cabo-Verdiana Contemporânea*, publicada em 1960, deixara expressa uma referência lapidar a esse percurso que designa de “caminho estirado”<sup>8</sup>, feito da experiência de uma longa caminhada de elaboração cultural.

António Aurélio Gonçalves, nascido na ilha de S. Vicente nos albores século XX ( 1901 ) e tendo frequentado entre 1912 e 1917 o Seminário-Liceu de S. Nicolau, uma vez regressado a Cabo Verde em 1939 após ter permanecido por mais de duas décadas em Lisboa, onde completou os estudos superiores e desenvolveu intensa actividade literária, estava bem posicionado para poder reconstituir o ambiente cultural vivido no arquipélago a partir dos finais de oitocentos. E fá-lo com preocupações de rigor e espírito crítico. Sem deixar de ter em conta que o desenvolvimento da vida intelectual seguiu a par com a difusão do ensino, cujos resultados começam a ser evidentes a partir das décadas de 1870 e 1880, confirma que “houve sempre, pelo menos em determinadas ilhas do arquipélago, um ambiente literário que principia a formar-se com a leitura dos poetas, romancistas e oradores do ultra-romantismo (..).”<sup>9</sup> E entre escritores portugueses e brasileiros vai apontando Soares de Passos, Camilo Castelo Branco e Casimiro de Abreu, aos quais acrescenta Guerra Junqueiro, Fialho de Almeida e Coelho Neto, como os mais lidos em Cabo-Verde, mas sem deixar de aludir à profunda influência do parnasianismo, que penetra sobretudo através da poesia de Olavo Bilac e de João de Deus<sup>10</sup>. Tenha-se em conta que, nestes finais de oitocentos, se encontravam já fundadas cerca de treze associações recreativas e culturais na Praia; uma no Fogo; três em S. Vicente; uma no Sal e uma em S. Nicolau. Nas outras ilhas, como Santo Antão, Brava e talvez em algumas mais, teriam lugar os já citados *serões literários familiares*, recordados com nostalgia por José Lopes nos meados na década de 1890, altura em que, poucos anos após a sua saída do seminário-Liceu de S. Nicolau, se instala na ilha da Boavista, para iniciar a sua carreira de professor régio.

<sup>8</sup> António Aurélio Gonçalves, *Antologia da Ficção Cabo-Verdiana Contemporânea*, organizada por Baltazar Lopes, Edições Henriquinas -Achamento de Cabo Verde, 1960, p. XXIX e XXX.

<sup>9</sup> *Idem*, “Problemas da Literatura Romanesca em Cabo Verde”, *Ensaios e Outros Escritos*, organização e apresentação de Arnaldo França, Mindelo, 1998, p. 106. Trata-se do mesmo texto que antecede a *Antologia da Ficção Cabo-Verdiana Contemporânea*, citado na nota anterior.

<sup>10</sup> Num escrito inédito da fase da juventude, José Lopes evocava saudosamente os “serões caboverdianos”, por ele vividos na Ilha de Santo Antão e confessava-se rendido ao timbre de esperança e afecto que caracterizava a poesia destes autores.

Antonio Aurélio Gonçalves evocava os representantes desta geração de letrados e fazia questão de os rememorar, citando os seus nomes - “Foram eles: José Lopes, Eugênio de Paula Tavares, Pedro Monteiro Cardoso, António Corsino Lopes, José Calasans Lopes da Silva e, antes de todos estes, Guilherme Dantas”<sup>11</sup>. Apresentando-os como pioneiros da literatura cabo-verdiana e não estranhando que possuíssem os defeitos e as fraquezas próprios de todos os principiantes, pretendia no entanto ir bastante mais além, ao mesmo tempo que tentava captar a atenção dos seus ouvintes, repetindo frequentemente as expressões: “não fiquemos por aqui”; “não nos esqueçamos”; “reparemos”; imaginemos”; “analiseemos”. Defendia assim que os primeiros ensaios de uma literatura, em qualquer época ou lugar, ainda que pretendendo ser a expressão da vida de uma sociedade ou de uma região, poderão ter autenticidade ou ser privados dela. Mas se o objectivo for o de “exprimir pela primeira vez uma forma característica de vida e de sensibilidade,”<sup>12</sup> só isso bastará para que esses escritos fiquem para o futuro como expressão de uma originalidade ou até de uma individualidade que, consciente ou inconscientemente, “surge como uma forma de oposição dentro de um conjunto (...) ou como uma expressão de resistência”<sup>13</sup>. E, para ser mais explícito, António Aurélio Gonçalves desde logo evocava o ideólogo que melhor compreendeu o modo de formular o problema da identidade: “É preciso notar que o ponto de vista que apresento neste momento, não é fantasia minha. Ele não é mais do que a expressão um tanto diferente da doutrina perflhada por Amílcar Cabral nos seus estudos sobre a cultura e o papel que compete à cultura na evolução da vida de um povo”<sup>14</sup>. E para ser ainda mais directo, acrescentava: “devo dizer que tive ocasião de conviver com quase todos, com isto quero dizer que, adolescente, tive oportunidade de os escutar e posso fazer o meu depoimento declarando que em todos havia a consciência de que, escrevendo, assumiam a situação e as responsabilidades de individualidades representativas da inteligência, do espírito e das aspirações de um povo: O Cabo-verdiano.”<sup>15</sup>

Tenha-se em conta, por outro lado, a influência de Eça de Queirós em Coelho Neto, este aqui igualmente apontado como um dos escritores “mais lidos em Cabo Verde”.

<sup>11</sup> António Aurélio Gonçalves, “As origens da Literatura cabo-verdiana”, *Ensaaios e outros escritos...*, p. 114. Trata-se “de uma palestra que terá sido proferida no Liceu de S. Vicente, nos anos iniciais da proclamação da Independência...”, como esclarece Arnaldo França na apresentação desta obra, p. 9.

<sup>12</sup> *Idem, ibidem*, p. 115.

<sup>13</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>14</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>15</sup> *Idem, ibidem*.

Este último depoimento de António Aurélio Gonçalves é, por si só, um testemunho lapidar de grande significado para a reconstituição deste percurso singular da construção e da tomada de consciência da identidade cabo-verdiana. Referindo-se à geração de letrados que despontara nos finais de oitocentos, este autor apresenta-se como testemunha presencial, alguém que teve ocasião de *conviver* e de *escutar* e nessa base formula a sua convicção. Em seu entender, esta geração de “homens novos” terá conseguido atingir um certo grau de compreensão da sua unidade e tomar consciência da realidade da situação colonial, para cuja solução “pressentiam objectivos que não confessavam a si próprios”<sup>16</sup>.

A partir daqui, ser-nos-á mais fácil aceitar que, nas obras fundamentalmente líricas que nesta primeira fase produziram, estes autores terão visto Cabo Verde através de si próprios e da sua vida íntima, de acordo com as tendências estéticas da época mas, nos rasgos da sua imaginação, espelhavam as dores e as aspirações da alma colectiva<sup>17</sup>. António Aurélio Gonçalves não deveria, portanto, aceitar que a poetas como Guilherme Dantas, José Lopes, Pedro Cardoso, Eugénio Tavares, Januário Leite e outros mais, mesmo na sua fase de debutantes, se pudesse aplicar, com ligeireza, esse “desequilíbrio evasivo” ou essa “idealização regressivista do contemporâneo, alheada da historicidade social”<sup>18</sup>, próprios de outros cultores das tendências finisseculares. Não obstante, se é certo que viu nestas produções escritas de finais de oitocentos uma sensibilidade inconfundível e a expressão de uma individualidade cultural e nacional renovada, deixou ficar no silêncio a publicação do *Almanach Luso-Africano*, produção emblemática desta década, ficando assim igualmente esquecido o seu promotor, o Cónego António Manuel da Costa Teixeira. Isto explicar-se-á, porventura, se tivermos em conta que este eclesiástico se afastara de S. Nicolau e do Seminário-Liceu ainda antes de 1910, instalando-se na ilha de S. Vicente,

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*, p. 116.

<sup>17</sup> Veja-se Félix Monteiro, “Retrospectiva: Páginas esquecidas de Guilherme Dantas”, in *Raizes*, nº 21, Junho, 1984, p. 126: “... não se pode deixar de reconhecer que nem sempre os poetas das gerações anteriores à da Claridade foram assim tão nefelibatas e invariavelmente românticos ou parnasianos como se pretende”. É que, diz ainda Félix Monteiro, “De alguns dos seus poemas (de Guilherme Dantas) transparecem nitidamente não só as dificuldades e amarguras por que passou, como também a sua revolta, por vezes camuflada de ironia e sarcasmo, contra os desmandos de uma sociedade que considerava envilecida, na qual (transcrevendo Guilherme Dantas) “tem brazões a ladroeira;/ a poesia pôs casa de rameira;/ mercearia geral a consciência./ É direito e moral a conveniência, / que se traduz constante em maroteira;/ a virtude é taxada de frioleira./ só o dinheiro tem omnipotência”.

<sup>18</sup> José Carlos Seabra Pereira, “Reações e Compromisso No Fim-De-Século: o primeiro surto de tendências neo-românticas”, *Mathesis*, 5, Viseu, 1996, p. 372.

onde iria dedicar-se ao ensino durante alguns anos, acabando por ali falecer completamente esquecido, nos inícios da década de vinte, altura em que o então jovem Antonio Aurélio Gonçalves se encontrava já a estudar em Lisboa.

## **II Cabo Verde no *Almanach Luso-Africano*: uma identidade em policromia**

1. Em 1894 surgia em Cabo Verde o primeiro volume do *Almanach Luso-Africano* para o ano de 1895. Não sendo a primeira publicação do género nas colónias portuguesas de África<sup>19</sup> era, contudo, o primeiro almanaque organizado e dirigido a partir deste arquipélago, sendo seu impulsionador e director o jovem presbítero António Manuel da Costa Teixeira que, desta forma, materializava uma aspiração alimentada desde há alguns anos por Cabo Verde - a de ter o seu próprio almanaque. António Manuel da Costa Teixeira, o futuro cónego, era natural da ilha de Santo Antão, sendo filho do proprietário rural Manoel António da Costa e parente próximo de figuras prestigiadas da sociedade santantonense. Entrara para o Seminário-Liceu de S. Nicolau em 1880, com a idade de quinze anos e ali iria permanecer até 1890, altura em que, concluído o 3º e último ano do Curso Teológico, era ordenado presbítero. Apaixonado pelas letras, cultivava a poesia e a música e, já nessa altura, aliava a utopia a uma invulgar capacidade de acção. Partirá então para uma demorada visita à metrópole, tendo ocasião de percorrer Portugal de norte a sul, frequentar bibliotecas e museus, visitar escolas de ensino elementar, liceus e seminários, não só no intuito de aprofundar conhecimentos, mas sobretudo para se inteirar de assuntos relativos ao ensino e tomar contacto com os mais modernos métodos pedagógicos.

Ao regressar a Cabo Verde, munido com a “Provisão” que o nomeara *Prefeito* do Seminário-Liceu, não tardaria a ser enviado, na qualidade de pároco, para a ilha da Boa Vista. É nesta ilha que o jovem eclesiástico, “génio nervoso” e “incansável”, “cabo-verdiano por nascimento e pelo coração” (como o definiria, alguns anos mais tarde, o cónego Oliveira Bouças), empreende a organização do seu almanaque, seguindo de perto os rumos das publicações congéneres, de grande divulgação na época, entre as quais se destacava como referência paradigmática o *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro* que se vinha publicando regularmente desde 1851 e que contava, entre os seus colaboradores, alguns talentos literários cabo-verdianos.

<sup>19</sup> Embora sem continuidade, tinham já sido publicados dois almanaques, na década de 1850: o *Almanach Statístico da Província d'Angola e suas dependencias para o anno de 1852* e o *Almanach civil, ecclesiastico, historico-administrativo da Provinda de Moçambique, para o anno de 1859*. Veja-se João Nobre de Oliveira, *ob. cit.*, p. 155.

Seguindo este modelo, o *Almanach Luso-Africano* reunia artigos de natureza diversa, desde as matérias de utilidade pública e prática aos textos de âmbito geográfico e histórico e às produções literárias, aos ensinamentos cívicos e de doutrina cristã além de textos recreativos e provérbios, o que lhe permitia ir ao encontro dos interesses de um público destinatário cada vez mais alargado e socialmente heterogéneo. Tenha-se em conta que os almanaques publicados a partir dos meados de oitocentos em Portugal, seguindo de perto o modelo europeu da época, se apresentavam com características inovadoras, se os compararmos com os dos séculos anteriores. Estas novas publicações, mantendo embora as preocupações essenciais da vida quotidiana, como subsistir, informar-se e distrair-se, traços que já caracterizavam os antigos almanaques, assumiam-se agora cada vez mais como uma nova literatura “popular”, de conteúdos mais nítidos e rigorosos, cujos impulsionadores privilegiavam intuítos educativos e simultaneamente políticos, promovendo o desenvolvimento da educação “popular”<sup>20</sup> e arvorando-se como baluartes do combate à ignorância.

“Instruir, Educar e Recrear”, é o programa expressamente formulado no “cartão de apresentação” do *Almanach Luso-Africano*, dirigido a todos os “que estimam a vulgarização recreativa dos melhores princípios litterarios, scientificos, artisticos, industriaes, agricolas, moraes, civis e religiosos, e aos africanos, especialmente, pertence a arriscada ... e gloriosa tarefa de collaborar no presente annuario, concorrendo com todos os seus dotes intellectuaes e moraes para o seu maximo desenvolvimento e prosperidade”.<sup>21</sup>

De entre as ilhas do arquipélago de Cabo Verde, nesta primeira metade da década de 1890, a ilha da Boa Vista tinha o privilégio de acolher não só o talentoso presbítero Costa Teixeira mas também, logo em 1894, um seu antigo discípulo em S. Nicolau, o jovem poeta José Lopes da Silva, então com a idade de 22 anos, que ali ficaria a exercer funções como professor régio até 1900 desenvolvendo, para além da criação literária, iniciativas de carácter cultural e cívico de grande relevância e promovendo a difusão e o aprofundamento da cultura e do ensino. Este encontro entre os dois jovens letrados, empenhados na *cruzada* da instrução e da educação no arquipélago e manifestando uma postura crítica em relação à inércia dos poderes da metrópole que, aliás, não hesitavam em divulgar através da imprensa, iria dar os seus

<sup>20</sup> Raymond Cantei, “En feuilletant l’almanach ...”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. X, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1976, p. 581. Acrescente-se, no entanto, que o problema da identificação dos destinatários não é, em qualquer caso, de fácil resolução.

<sup>21</sup> *Almanach Luso-Africano*, 2º vol., p. XI-XII.

frutos, deixando desde logo alguns indícios reveladores da ênfase social que enformava os ideais e a actuação desta jovem elite<sup>22</sup>.

A partir da sua transferência para a ilha de S. Nicolau em 1895, o percurso do pároco Costa Teixeira iria tomar novos rumos. Instalando-se no seminário-Liceu, ali lhe seria atribuída a regência de uma disciplina, ascendendo desde logo à dignidade de Cónego Capitular da Sé Catedral, por proposta do então Bispo de Cabo Verde, D. Joaquim Augusto de Barros. Ficava ainda encarregado de paroiar a freguesia de Nossa Senhora do Rosário da mesma ilha, mas nem mesmo este encargo o faria abandonar a recolha de artigos para a publicação do almanaque, intensificando os contactos que lhe permitissem uma saída regular, de acordo com o plano inicialmente traçado. Recorde-se que, no “cartão de apresentação” com que abria o primeiro número do *Luso-Africano* e seguindo a prática mais comum neste género de publicações, o almanaque definia-se como uma “Revista annual”<sup>23</sup>. Todavia, só em 1898 o segundo e último volume seria dado à estampa, por uma editora de Paris, ficando registadas, nas suas páginas iniciais, as dificuldades que enfrentava a continuidade do projecto: “Se só agora apareço, depois de 4 annos ... a resposta a cada carta minha demorou sempre o sufficiente para eu perder um anno... E assim fôrão-se 96, 97 e 98.. .”<sup>24</sup>. E na rubrica “Correio Litterario” deste mesmo volume, o Cónego Costa Teixeira era ainda mais preciso, não hesitando em deixar escrito que o primeiro editor, de Lisboa, “terá pretendido, de proposito, soffocar-lhe a existencia”<sup>25</sup>. De facto, este almanaque iria mesmo morrer com o século, contrariando a aparente vitalidade e o renovado fôlego que ostentava nas páginas iniciais, onde ufanamente anunciava o seu reaparecimento: “Morrer!?... Eu?!... Quando a vida tem robustas raízes n’uma vontade de diamante, n’uma juventude sedenta de curiosidades e litteratura ... Morrer? Eu?... Eu? ... Eu?... .”<sup>26</sup>.

<sup>22</sup> A *Associação Escolar Esperança* era criada em 1894 na ilha da Boa Vista e iria transitar, com os respectivos estatutos, para a ilha de S. Nicolau, acompanhando a transferência do pároco Costa Teixeira. Os trabalhos realizados no âmbito dos concursos anunciados no almanaque, “são destinados ao *Bazar da Caridade* do *Luso-Africano*, a favor das escolas da *Associação Escolar Esperança*, para utensilios e roupas de creanças pobres (de ambos os sexos, até 7 annos), que frequentarem as escolas da mesma Associação”: *Almanach Luso-Africano*, 2º vol., p. XLII.

<sup>23</sup> *Ibidem*, 1º vol., p. 8-9. Na rubrica “Expediente”, do 2º e último vol., ainda se lê: “Publicaremos todos os annos...”, *ibidem*, p. XL.

<sup>24</sup> *Ibidem*, 2º vol., p. X.

<sup>25</sup> *Ibidem*, 2º vol., p. CIV: “... Onde reside a Direcção não ha imprensa e a distancia que a separa de Portugal, onde se imprime o livrinho, é um dos grandes obstáculos que se têm a vencer para a boa regularidade da edição que esperamos não tardará a tomar um curso regular”.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. IX.

Estas exclamações vêm confirmar e ao mesmo tempo acrescentar novos contornos à tentativa de identificação que, através da reconstituição de um percurso individual, aqui vinha sendo prosseguida. Nesta citação, as palavras parecem retomar dimensões semânticas especiais e a representação figurada, expressamente imaginada para as ilustrar em topo de página, toma a mensagem ainda mais intensa e particularmente sugestiva. Este “Eu”, aqui repetidamente afirmado, é o próprio almanaque ou poderá ser o seu director, representado pelo jovem *arauto* que, na gravura, “de novo, por esse mar em fora”, navega o mar das ilhas, fitando na costa fronteira a recortada *Senegambia* e ostentando as insígnias de Portugal. Mas pode ainda ser entendido como um “Eu” simbólico, ao mesmo tempo individual e colectivo, revelando-se nos traços de uma fisionomia esperançosa e projectando o sentir e a utopia de uma geração que a si própria se define como “juventude sedenta de curiosidades e litteratura”<sup>27</sup>, motivada por essa “pléiade da *Terra da Vera-Cruz*, cujo entusiasmo pelas letras excede toda a malícia humana”<sup>28</sup>. Na sequência destas declarações iniciais, o teor do “cartão de apresentação” coloca-nos perante um conjunto de objectivos e aspirações de grande amplitude e diversidade, não deixando contudo de reflectir, ainda que de forma velada, indícios de novas exigências e até de uma visível consciência da situação colonial então vivida, agravada pelas debilidades do Estado e pela crise económica, financeira e política que se acentuara em Portugal, a partir do *Ultimatum* de 11 de Janeiro de 1890.

O cónego Costa Teixeira explicitava assim os objectivos do almanaque:

No intuito de, n’esta provincia de Cabo Verde, e por toda a Africa portu-  
gueza, diffundir e fazer propagar a instrucção pratica; - crear, fomentar e  
desenvolver o gosto pela litteratura recreativa, modelada pelos mais puros e  
seguros principios da vemaçulidade e bom gosto, do civismo e da bõa educa-  
ção; - dar a conhecer lá fóra, com a maxima fidelidade historica e são critério,  
o que por estas tão vastas como ricas Colonias, em que crêmos ver a prosperi-  
dade futura de Portugal, e o que é necessário fazer para que se dê essa  
prosperidade, que será ao mesmo tempo reciproca, estreitando-se cada vez  
mais, o laço cinco vezes secular, que tão gloriosamente nos une a Metrópole,  
cuja attenção, rasgadamente protectora, se deve pronunciar sem receio, e  
exercer de vez; - vae Cabo Verde, provincia africana... continuar n’este anno  
a publicação da Revista annual, sob a forma attrahente de almanach .. .”<sup>29</sup>.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

<sup>28</sup> *ibidem*.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. XI.

É Cabo Verde como província africana que aqui toma a primazia, apresentando a sua própria publicação e anunciando os três tópicos do respectivo programa: “Instruir, Educar e Recrear”. Sublinhando esta ocorrência, J. C. Seabra Pereira afirmaria que “é iniludível o significado fundacional da própria iniciativa cabo-verdiana de criar um almanaque seu - indício, pelo menos, de novas exigências dos espíritos e, porventura, de uma nova situação cívico-cultural”<sup>30</sup>. Com efeito, muito embora a iniciativa tenha tido lugar num contexto de reivindicação explícita do estreitamento dos laços de união com o Portugal europeu, não deixam de ser reveladores, por um lado, a alusão à necessidade de serem criadas as condições geradoras de uma prosperidade “recíproca” e, por outro, o apelo e a advertência velada dirigidos à metrópole, para que exercesse “de vez” e sem receio a sua acção protectora.

O realce apelativo deste discurso explica-se à luz dos testemunhos e das imagens que reflectem todo o processo de evolução da sociedade cabo-verdiana, impulsionado nesta segunda metade do século XIX. Não restam dúvidas de que o movimento de transformação que se foi operando lentamente, através da desagregação das estruturas económicas e sociais antigas tomava, nestes finais do século, proporções de maior significado, em consequência do crescimento da população livre, do aumento da mestiçagem e da afirmação crescente de uma classe intermédia de dimensão maioritária. Daqui resultaria, ao mesmo tempo, a emergência de núcleos sociais mais dinâmicos do ponto de vista cultural, graças à difusão do ensino, à atracção pela leitura e ao aprofundamento da cultura letrada, ainda que de cariz classicizante e pouco pragmática, capazes de marcar posições face aos interesses dominantes a nível político. Neste caso, a iniciativa e as alusões do Cónego Teixeira, a que há pouco se aludiu, podem aqui ser tomadas como a mediação pessoal da consciência de um grupo cujo percurso se saldou por uma contribuição assinalável, em termos da formação e da expressão de uma identidade que podem ser apreendidas folheando o almanaque.

2. O *Almanach Luso-Africano* pode ser encarado como um espaço povoado de referências e de fragmentos da nossa memória comum, mas não deixará de ser aqui igualmente ponderado como um desses “lugares de inteligibilidade” a que aludia Luís Adão da Fonseca, na linha de Marc Augé, considerando-os como “pontos de partida para *lugares de identidade*”<sup>31</sup>. Tentar-se-á ir ao encontro

<sup>30</sup> J. C. Seabra Pereira, “Lembro S. Nicolau *portugaise*, Paris, 1985, p. 284.

*Les littératures africaines de langue*

<sup>31</sup> Luís Adão da Fonseca, “Portugal e Brasil no horizonte da lusofonia”, *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*, Coord. de Maria Beatriz Nizza da Silva, Lx., 1995, p. 19

desses lugares de reconhecimento através do almanaque, tendo presente que a identidade “regional”, nesta última década de oitocentos, era já um sentimento muito forte em Cabo-Verde. Todavia, os indicadores aqui tomados como indícios de uma consciência identitária, são mitigados por um acervo de registos alheados de uma perspectiva de orientação propiciadora do despertar dessa consciência comunitária diferenciada. O papel da metrópole, aqui valorizado como um factor de integração na civilização ocidental, saía reforçado pelo carácter centralizador da política colonial portuguesa, ainda vigente nesta década finissecular.

Convivendo naturalmente com artigos dedicados à realidade local, a noção alargada de “pátria” e a expressão “amor da pátria” ressaltam com alguma frequência, tal como o entusiasmo pelos grandes vultos da história de Portugal e pelas “glórias nacionais”. O director do almanaque, ter-se-á esforçado para que o seu primeiro volume figurasse na “Exposição Insular e Colonial” comemorativa do 5º centenário do Infante D. Henrique, na cidade do Porto, justificando não o ter conseguido por “escassez do tempo e outras dificuldades supervenientes”<sup>32</sup>. Não deixou, porém de aludir ao evento em termos particularmente sugestivos e portadores de significado:

“Não queremos porém inaugurar a nossa publicação sem a ligarmos á memoria da entusiastica celebração do 5º anniversário [centenário] do Infante D. Henrique, esse primeiro amigo da Africa, esse iniciador<sup>4</sup> da Cmuzada das descobertas e commettimentos maritimos, que, marcando uma epocha brilhante na historia nacional, tão profundamente influiu no estado da civilisação do mundo”:

E se á Metrópole, africanos, coube ajusta gloria de celebrar uma época, que só a Ella pertence ... - a nós cabe-nos também commemoral-a, gratos, pelo beneficio que d’essa civilisação para nós resulta.

E com este modesto basalto, que offerecemos para o monumento ao inclito infante, correspondemos - *ao generoso appello que nos endereçaram, e vamos em patriotica peregrinação saudar o berço do gigante historico, collocar uma coroa ao seu sepulchro e contemplar o rochedo onde elle meditava e amadurecia os seus planos, em que a um tempo eram factores principaes, os mais poderosos para dominar os corações - a religião, em que se alicerçam as nossas esperanças, a pátria a que dedicamos todos os nossos affectos* ”<sup>33</sup>.

Este discurso a propósito das comemorações do centenário henriquino, viria a ter uma larga difusão em Cabo Verde através do próprio almanaque, que

<sup>32</sup> *Almanach Lus o-Africano*, Iº vol., p. 8.

<sup>33</sup> *Ibidem*.

inaugurava a sua publicação invocando a memória do Infante D. Henrique, aqui reconhecido como o “primeiro amigo da África” e o grande pioneiro da *cruzada* da civilização. A lição de patriotismo e o exemplo cívico, através da rememoração dos factos da “época gloriosa” da história de Portugal, eram vistos, neste período crítico da vida portuguesa, como a forma mais eficaz de superar o estado de desânimo e de irmanar os cidadãos em tomo de um ideal regenerador, visando reconquistar o engrandecimento da nação perante a Europa e o mundo. Com efeito, o *Almanach Luso-Africano* não deixava de assinalar a importância que a questão colonial assumia neste contexto, propondo-se desde logo “dar a conhecer lá fora... o que ha por estas tão vastas como ricas Colonias...”<sup>34</sup> e divulgando ao mesmo tempo o forte sentimento antibritânico que se gerou na elite cabo-verdiana, na sequência do *Ultimatum* de 1890<sup>35</sup>. São numerosas as páginas dedicadas a temas sobre a África, alguns deles tratando de assuntos relativos à etnografia, à economia ou às actividades missionárias, mas reflectindo outros o imaginário político que tomou corpo nos finais de oitocentos em Portugal, a propósito da África e da questão do império.

Para além dos artigos de carácter patriótico que alguns dos mais destacados vultos da “geração de 1890” como José Lopes, Eugénio Tavares e Luis Loff de Vasconcellos então escreveram e divulgaram na imprensa, as alusões do almanaque ao pioneirismo português na “cruzada das descobertas”<sup>36</sup> ou a evocação dessa “immensa, fértil e abrasadora Africa que vomita oiro e brilhantes”<sup>37</sup>, são igualmente esclarecedoras. Vêm confirmar, pelo menos, que a elite cabo-verdiana, a exemplo do que se verificava com a maioria das elites da metrópole, se socorre de argumentos ideológicos como o “mito da herança sagrada” e o “mito do Eldorado”<sup>38</sup>, para legitimar e defender o projecto colonial, estreitamente ligado ao problema da identidade nacional e à própria sobrevivência de Portugal. Recorde-se entretanto que, logo a partir dos inícios desta década de 1890, as novas ideias para a solução dos problemas ultramarinos iriam incidir na reformulação do sistema administrativo que acabaria por provocar uma viragem decisiva no percurso colonial português. Concretizando-se o fracasso das iniciativas liberais em matéria colonial, operava-se simultaneamente um retrocesso no plano do

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>35</sup> Destaquem-se alguns versos do logogrifo composto de cinco quadras, da autoria de D. Antonia da Costa (*caboverdeana*): “Sepulta, leitor, mui dino/No abysmo avemoso/o gigante trahidor/De ventre grau, cavernoso/.../ A grande nação vermelha/Que honrada será jámais /.../ Tem mandibulas de ferro /.../ De feito está condemnada. *Ibidem*, p. 199

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>37</sup> *Ibidem*, 2º vol., p. IX.

reconhecimento dos direitos dos africanos, com reflexos nos comportamentos e nas próprias formas de vivência entre os “actores” sociais envolvidos.

A elite cabo-verdiana não tardaria porém a afirmar-se, pondo em evidência as marcas do inconformismo que o momento histórico lhe solicitava. Mas, para além das imagens que é possível captar desses escritos publicados na imprensa, em que o brado cabo-verdiano se vai tomando cada vez mais altissonante ao ponto de, nos finais da década, se levantar a hipótese da independência das ilhas,<sup>38 39</sup> é ainda nas páginas do almanaque que a identidade cabo-verdiana mais espontânea e contidamente reflecte os seus matizes, como seguidamente se tentará demonstrar.

3. Nesta publicação, a vertente pedagógica e edificante, associada ao valor conferido à instrução, cumpre-se na selecção dos poemas e de outros textos de carácter e inspiração muito diversos. Com efeito, na rubrica “Correspondência”, que imediatamente se segue às “informações úteis” apresentadas nas páginas iniciais do Iº volume, a interacção comunicativa de tipo dialógico estabelecida entre o *gabinete* e os participantes, permite desde logo entrever a abertura de um contacto fecundo com outros patamares sociais:

- Ao “*Paulense*, de Cabo Verde”, que se apresentava com uma extensa composição poética (canção destinada a ser acompanhada de tambor), só uns escassos versos são escolhidos para figurar no almanaque: “Paul, Paul, oh terrasabe/Pum-pum-pum... Oh sabe\|Pum-pum-pum ...oh sabeM terra d’incanto ...oh sabeM .. /”<sup>40</sup>.

Seguia-se a justificação do *gabinete*: “O Paulense tem poesia e graça. Se estudar, pode ser ... Estude, pois e apareça com assuntos sérios”.

- Ao “*Enthusiasta*, de S. Thiago”, é publicada uma longa e fastidiosa carta em que o autor faz o elogio da ilustração, socorrendo-se dos exemplos de Victor Hugo, do Infante D. Henrique e, entre outros mais, de Júlio Veme: “... esse homem foi o primeiro que trancou as portas da ignorancia, e v. ex<sup>a</sup> é seu rival. O nosso Almanach é o cadeado ... que vem coroar o monumento de Julio Veme, sellando para sempre essa porta da ignorancia.. ”<sup>41</sup>.

<sup>38</sup> A designação é da autoria de Valentim Alexandre. Veja-se, deste autor, “A África no Imaginário Político Português, séculos XIX-XX”, *Penélope*, nº 15, p. 38-52.

<sup>39</sup> Veja-se João Nobre de Oliveira, *ob. cit.*, p. 151 e segts.

<sup>40</sup> *Almanach Lus o-Africano*, Iº vol., p. 63. *Sabe*, em crioulo de Cabo Verde significa bom, agradável, gostoso.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 64-5.

- Ao “*Seminarista R. C. de Cabo Verde*”, aconselha-se: “Não seja pressuroso. Estude e leia, seja applicado e prudente; continue os ensaios em prosa e verso, guarde-os, releia-os de semana a semana, dê-os a alguém a corrigir e appareça.. .”<sup>42</sup>.
- Ao “*Jhá pecú!*”, confirma o *gabinete*: “Foi propheta. Caiu no *ferrupe*, mas appareça, que é possível desembaraçar-se dos liames do c/zra...”<sup>43</sup>.
- Ao “*Berinho, de Cabo Verde*”, não podia ser dada qualquer esperança: “Olhe... de *ferrupes* e *clins* estamos cheios. Outra vida”<sup>44</sup>.

Através da abertura deste circuito comunicativo, o almanaque preenchia um espaço de prática colectiva, ao mesmo tempo estimulante e sedutor<sup>45</sup>. Suscitando o desenvolvimento de novas capacidades e sensibilidades, facilitando a apropriação social do património cultural e linguístico de que a elite letrada era a principal detentora, esta prestimosa publicação tomava-se, ao mesmo tempo, num “laboratório” de identidade.

Através desta ponte comunicativa, era veiculado o modelo a seguir. Dedicado às Escolas Primárias, o perfil do *Menino-Modelo* é traçado em 16 quadras, da autoria do próprio director do almanaque: “Levanto-me de manhã/ Sem preguiça, á hora dada;/Penso em Deus e em meus Paes/ Na cartilha e na Taboada. /... / Recreio, estudo e trabalho,/ Cada um seu tempo tem;/ A Deus, a meus paes eu amo,/ Não faço mal a ninguém. /.. V<sup>46</sup>.

O artigo consagrado ao *Collegial Modelo*, da autoria do Pe. Antonio Hermano, natural de Guimarães traça, por sua vez, o perfil do aluno exemplar:

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 116. As fórmulas *ferrupe* e *clim* são explicadas pelo *Berinho (caboverdeano)* da ilha da Boa Vista, relacionando-as com a confusão e a desordem geradas pelo jogo do pião, praticado em grupo, no adro da igreja, na Semana Santa, logo que os sinos, foguetes e tambores anunciam *aleluia*: “Por similhaça aqui está hoje muito em voga a palavra - *clim* - quando por qualquer circumstancia, algum individuo estiver envolvido em questões judiciais, políticas ou mesmo particulares - Diz-se: *F está envolvido agora n um grande clim*. Como quando se entra n’um embaraço se costuma dizer: *Já cahiu no ferrupo*. O que corresponde a estar em sérios embaraços e difficuldades”.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 66.

<sup>45</sup> *Ibidem*, 2º vol. P. CXVIII: Na rubrica “Extracto da Correspondencia” Julio d’Almeida (*caboverdeano*) agradece a publicação, no Iº volume, de uns versos de sua autoria e refere: “... a leitura do *prestimoso livrinho*, que veio engrandecer o nosso Cabo-Verde, inspirou-me mais gosto pelo estudo ... estudarei sempre que pudér ... confiado em que V Ex<sup>a</sup>. Rev.ma - nosso protector da instrucção em Cabo Verde - não as deixará apparecer tão incorrectas como sahem da penna de quem as escreve, com o unico intuito de apprender...”

<sup>46</sup> *Ibidem*, 2º vol., p. 102-4.

“É estudioso. É essa a sua primeira qualidade.. .”<sup>47</sup>. Isto porque, como a seguir se explica, do trabalho, como do estudo, vem a alegria e esta, transmite o vigor e a saúde ao corpo, e à alma a vivacidade, a graça e a inteligência. A obediência e a piedade vinham, por fim, coroar este perfil do educando modelo. A educação essencialmente moral e religiosa e o primado da prática das virtudes cristãs, eram reconhecidos como a garantia do equilíbrio e da coesão do edifício social. Num dos artigos dedicados à educação, adaptado das *Conferencias* de Mgr. Frayssinous, estes princípios são enunciados com grande ênfase, fazendo-se depender da sua observância o êxito das gerações futuras e a própria salvação da pátria. O essencial da mensagem ficava expresso nestes termos: “Deixemos a um pequeno número de homens as discussões sabias sobre as letras e artes, sobre as maximas da política, sobre a administração dos dinheiros publicos; mas a educação dos meninos não deve ser estranha a quem quer que seja. Ella interessa tão vivamente a todas as condições, desde o throno até á cabana, pertence por tal maneira a todos concorrer para ella pelos proprios preceitos e exemplos, que a indiferença a ninguem é permittida”<sup>48</sup>.

Este conceito de educação veiculado pelo almanaque, nada apresenta de inovador relativamente aos padrões contemporâneos que perpassavam a sociedade do arquipélago, alicerçados na tradição católica que definia os valores e determinava os comportamentos. Mas, a propósito da instrução, não deixam de ser curiosos os artigos da autoria do director do almanaque, publicados no seu último volume, respeitantes quer ao método para aprender a ler racionalmente a língua portuguesa, baseado em Castilho, João de Deus e outros autores, quer à ortografia. Referindo-se à ortografia *erudita*, entende o cónego que esta devia ficar reservada para o Curso Superior de Letras, por lhe parecer “inaccessível a nós outros, pobres mortaes do *Zé Povinho*”<sup>49</sup>. Invocando a Portaria Régia de 1897, que determinava se seguisse a ortografia usual nas escolas portuguesas, observa que a mesma carecia de orientações, que terá sido ditada pelos “eruditos lentes... do Mondego” e que nada mais adiantava que o *Diccionario d Academia*. Por tudo isso, entende que se respeite “o uso de cada um” e que, “como cada roca tem seu fuso, quem quiser que tome a meada e vá fia-la na sua roca.. .”<sup>50</sup>. Assim, o sistema defendido pelo cónego Costa Teixeira é o que for mais acessível “à maioria do povo”, entendendo dever abolir-se “tudo o que não seja simples,

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 249-50.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 386.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 267.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 268.

fácil, claro, popular, verdadeiro e racional... para representar a falla ou o pensamento de um povo ..”<sup>51</sup>.

A partir desta clarificação, melhor se compreenderá que convivam no almanaque a poesia de José Lopes ou de outros poetas desta *geração de 1890*, com pequenos textos em crioulo, a expressão da “falia ... de um povo” a que aludia o director do almanaque.

As marcas da poesia neo-romântica lusitanista, ostentando o rigor da forma e reflectindo as preferências artísticas e o gosto pela imitação dos autores europeus, evidenciam um estado de espírito que no entanto não significa, como anteriormente se referiu, um alheamento pelos problemas sociais por parte desta geração de poetas. Registe-se um excerto de uma das poesias da autoria de José Lopes publicadas no almanaque, esta dedicada à sua noiva Isabel Ben’Oliel, filha do judeu marroquino Isaac Ben’Oliel que viera de Rabat por volta de 1840 e se estabelecera com um importante comércio na ilha da Boa Vista:

A’ Bellota  
(*Dedicando-lhe a ultima folha da primeira  
parte do meu primeiro poêma*)  
À toi... Toujours à toi!  
(Victor Hugo)

És tu, querida! O derradeiro idyllio  
D’essas venturas do passado morto,  
O ultimo amigo n’este amargo exilio,  
E o ramo d’oliveira do meu horto.

A nuvem, que refresca o meu deserto  
Na jomada tristissima do mundo,  
O pharol que me guia, e o porto certo  
Da vida n’este immenso mar profundo.<sup>52</sup>

Por seu tumo, os textos escritos em crioulo, ocupando um lugar simbólico de mediação social, revelam-se aqui como um significativo instrumento de afirmação, numa estrutura social de hegemonia crioula e um elemento individualizante da identidade cabo-verdiana:

<sup>51</sup> *Ibidem*.

<sup>52</sup> *Ibidem*, I<sup>o</sup> vol., p. 187.

## Creoulo da ilha Brava

Bu árchâ um cruz nâ bu câminho,  
 Bu ràsâ, bu ' farêcê;  
 - Dês purdá prôbi sê culpa...  
 Coitado quem que morrê...

'M atchá-bu djunto cu cruz,  
 'M pô indoêdjo 'm pedi-bu  
 Ná cábu de 'm pedi Dês!  
 - Coitado é quem que ' stâ bibo...

Brava, 7 de dezembro, 1893

## Tradução livre

Encontraste uma cruz em teu caminho,  
 E paraste a resar e a Deus rogaste:  
 - Perdoae, Senhor! Perdoae ao pobresinho!  
 Coitados dos mortos ...

Achei-te ajoelhada aos pés da Cruz  
 E supliquei-te fervorosamente  
 Em vez de suplicar ao bom Jesus!  
 - Coitados dos vivos....<sup>53</sup>

Num tempo em que, por um lado, a “descreoulização” era apontada como um dos principais objectivos da educação colonial em Cabo Verde e em que a cultura erudita se manifestava pelo recurso frequente aos autores clássicos e pelo culto da latinidade, por outro lado a introdução de produções em crioulo, como esta da autoria de Eugênio Tavares, pode revestir-se de um significativo alcance social e ser encarada como a expressão jovem e quase ingénua do sentimento nacional embrionário. O espírito do lugar parece estar presente não apenas neste exemplo, mas igualmente nos numerosos artigos que, no almanaque, são dedicados à realidade das ilhas, nos quais a produção da *memória* e a emergência da noção de *património* se afiguram como outros tantos sinais de afirmação da identidade.

Atente-se ainda na designação explícita - *caboverdeano(a)* - que os colaboradores ostentam junto ao nome próprio no final dos artigos que publicam

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 101-2.

no almanaque. A propósito desta auto-referência, é legítimo invocar J. Derrida<sup>54</sup>, quando associa ao nome a ideia de uma *inscrição* ou de uma *marca* que, à semelhança de qualquer outra “marca”, acompanha idealmente o seu portador. Neste caso, a consciência identitária poderá também aqui dar sinais da sua emergência, se se entender a designação *caboverdeano(a)* como uma forma reforçada de assinatura que poderá comportar uma espécie de verdade do nome ou até de um segundo baptismo, mas afigurando-se sobretudo, como a expressão de uma identidade como “semelhança de família”.<sup>55</sup> A incidência social poderá ser aqui vislumbrada na preocupação da demarcação de um *ego* face a um *alter*<sup>56</sup> ou, pelo menos, na consciência da necessidade da desocultação de um rosto identitário cabo-verdiano, um rosto que se oferece aos nossos olhos complexo e multifacetado, mas original na sua policromia.

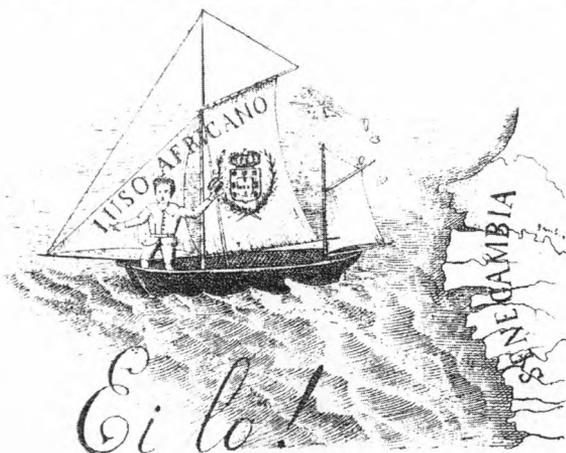
<sup>54</sup> J. Derrida, “Signature, Évènement, Contexte”. *Marges*, Paris, 1972, p. 391.

<sup>55</sup> Sobre as possibilidades de leitura da dimensão do nome e os problemas filosóficos que levanta a análise do nome próprio, veja-se Maria Manuela Lucas e Edmundo Balsemão Pires, “Acesso histórico-antropológico à cultura maconde”, in *Moçambique. Cultura e História de um país*, Actas da V Semana de Cultura Africana, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1988, pp. 54-59.

<sup>56</sup> *Idem, ibidem*, p. 65.



Rosto do primeiro número do *Almanach Luso-Africano* (para 1895)



O 2º volume do *Almanach Luso-Africano* apresenta-se, anunciando ufanamente o seu reaparecimento. “Morreu o Luso Africano! Era o que dizião todos, mas não morri, não !... Morrer? Eu?... Eu?... Eu?... ”.